

INTERCULTURALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ICEN EM DIÁLOGO COM COMUNIDADES INDÍGENAS NO CEARÁ

Valdilane Santos Alexandre¹, Jacqueline Cunha da Serra Freire², Elcimar Simão Martins³, Assis Anderson Ribeiro da Silva⁴, Alexandrino Moreira Lopes⁵

Resumo: O diálogo com as comunidades indígenas Kanindé, Jenipapo Kanindé e Pitaguary, respectivamente dos municípios de Aratuba, Aquiraz e Pacatuba, no Ceará, foi o foco de atividades formativas nas licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Realizadas nos trimestres 2015.1 e 2015.2, tais atividades objetivaram promover o diálogo intercultural na formação inicial de professores na perspectiva do fortalecimento da Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, assim como implementar Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelecem a questão étnico-racial no currículo escolar e nas licenciaturas, tornando obrigatório o estudo da história e culturas afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino fundamental e médio, públicos e privados. As atividades de campo contribuíram para o (re) conhecimento de elementos das culturas, costumes, lutas e resistência que marcam esses povos indígenas. Diálogos interculturais entre estudantes e professores da Unilab, brasileiros/as e internacionais de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Timor Leste com povos indígenas do Ceará possibilitam a articulação da teoria com a prática, em que a apropriação de conteúdos acadêmicos sobre interculturalidade assume contornos próprios na interação com a realidade sociocultural de nossos ancestrais indígenas. Tais experiências estimularam a proposição e realização de uma atividade no Festival das Culturas realizado pela Unilab, inclusive já na implementação de dois projetos de extensão – UBUDEHE e Rede JUBRA-Unilab – liderada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Educação e Cooperação Sul-Sul (ELOSS), integradamente com o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Marxista (GIM) e em parceria com a Rede Indígena de Memória e Museologia Social, Museu Indígena Kanindé e Museu Indígena Jenipapo Kanindé, apoiada pela PROEX/Unilab, atividade essa que agregou ainda o povo indígena Tapeba, de Caucaia.

Palavras-chave: Diálogo intercultural. Comunidades indígenas. Formação de professores.

¹Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, e-mail: valdilanealexandre@gmail.com

²Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, e-mail: jacqueline@unilab.edu.br

³Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, e-mail: elcimar@unilab.edu.br

⁴Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, e-mail: assis_anderson@yahoo.com.br

⁵Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, e-mail: all-lobes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A interculturalidade é um dos aportes teóricos que referenciam a formação pedagógica nas licenciaturas do ICEN. A literatura educacional reconhece a polissemia conceitual em torno da interculturalidade. Entre os autores que fazem uma distinção conceitual sobre o assunto, destaca-se Silva (2003, p. 27), que afirma:

Multiculturalismo é visto como o reconhecimento de que em um mesmo território existem diferentes culturas. *Interculturalismo* é uma maneira de intervenção diante dessa realidade, que tende a colocar ênfase na relação entre as culturas. *Pluriculturalismo* é outra maneira de intervenção que dá ênfase à manutenção da identidade de cada cultura.

Alinhados com a reflexão de Silva (2008) e argumentação de Fleuri (2003), considera-se que o enfoque teórico dos autores possibilita uma melhor compreensão sobre a experiência da Unilab e dá um sentido no currículo em ação na formação inicial de professores. Fleuri (2003) concebe que:

A educação intercultural ultrapassa a perspectiva multicultural, à medida que não só reconhece o valor intrínseco de cada cultura e defende o respeito recíproco entre diferentes grupos identitários, mas também propõe a construção de relações recíprocas entre esses grupos (FLEURI, 2003, p.73).

Imbuídos das concepções teóricas ora expostas é que no desenvolvimento de disciplinas pedagógicas das licenciaturas de Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Biológicas, Matemática, Física e Química do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) nos trimestres letivos 2015.1 e 2015.2, respectivamente em 2015 e 2016, nas disciplinas de Didática e Epistemologia da Intervenção Docente, Didática das Ciências e Matemática, Práticas Educativas e Estágio Supervisionado, buscou-se extrapolar o espaço-tempo da sala de aula com reflexões teóricas para promover diálogos interculturais, aprendizagens mais significativas.

Consoante o exposto, o presente trabalho relata experiências docentes e discentes vivenciadas no campo da formação pedagógica no contexto intercultural de comunidades indígenas dos povos Kanindé, Jenipapo Kanindé e Pitaguary, respectivamente dos municípios de Aratuba, Aquiraz e Pacatuba, no estado do Ceará.

Os povos indígenas desenvolveram seus modos próprios de produção e transmissão de conhecimentos e suas concepções sobre o homem, o sobrenatural e o mundo muito antes da instituição da escola. Com isso, os indígenas têm “valores, concepções e conhecimentos científicos e filosóficos próprios, elaborados em condições únicas e formulados a partir de pesquisa e reflexões originais” (BRASIL, 1998, p. 22).

As comunidades indígenas são responsáveis pela sua organização, dispendo de formas próprias de socialização e de formação dos pares. A educação escolar indígena é marcada por uma prática pedagógica diferenciada, que conserva o respeito à tradição e aos ritos indígenas. Assim, “os momentos e atividades de ensino-aprendizagem combinam espaços e momentos formais e informais, com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido, como, quando e por quem. A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado” (BRASIL, 1998, p. 23).

As pessoas mais antigas das comunidades visitadas, os guardiões da sabedoria, os pajés, os caciques transmitem seus diversos saberes aos professores e aos estudantes



indígenas. Com isso, as escolas diferenciadas indígenas trabalham os conteúdos da base nacional comum em consonância com os processos educativos próprios das comunidades indígenas.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi um suporte metodológico para construir o presente relato de experiência. Fonseca (2002) concebe que tal enfoque de pesquisa é dinamizado por meio do levantamento de referências teóricas já analisadas, publicadas em diversos meios, tanto escrito como eletrônicos. O autor destaca a imbricada relação da pesquisa bibliográfica à produção acadêmica em qualquer campo do conhecimento.

A sistematização e análise do memorial fotográfico das atividades de campo dos componentes curriculares que promoveram os diálogos interculturais, bem como das ações formativas e socioculturais realizadas no Festival das Culturas da Unilab se constituíram como elementos estruturantes para a elaboração do presente trabalho.

A análise documental dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) das licenciaturas envolvidas nos diálogos interculturais, assim como dos planos de ensino dos componentes curriculares já referidos, foi também um importante aporte metodológico para o trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O diálogo intercultural com as comunidades indígenas Kanindé, Jenipapo Kanindé e Pitaguary, referenciado em estudos teóricos nos componentes curriculares já referidos, foi o foco de atividades formativas nas licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Biológicas, Física, Química e Matemática do ICEN.

O fortalecimento da Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, assim como a implementação de dispositivos legais estabelecidos por meio de Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelecem a questão étnico-racial no currículo escolar e nas licenciaturas, tornando obrigatório o estudo da história e culturas afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino fundamental e médio, tanto em estabelecimentos públicos como privados.

A educação intercultural e as instituições formativas são reconhecidas na atualidade como elementos estruturantes na perspectiva da construção democrática, justiça social, (re)valorização de processos identitários, compreensão da dialética igualdade e diferença, reconhecimento dos diferentes grupos socioculturais que os integram.

É argumentado por Candau e Koff (2006, p. 475) sobre a perspectiva multi e intercultural no campo da Didática, que:

A interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. Não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas para enfrentá-los.

A educação em Direitos Humanos tem uma interface com a questão da interculturalidade e assume centralidade cada vez mais evidente em sociedades que se complexificam nas relações sociais e na garantia de direitos aos sujeitos e povos historicamente excluídos no Brasil.

As lutas por seus direitos à terra, de nela viver e produzir, aliada à resistência cultural, são marcas dos povos indígenas no Ceará. Promover o diálogo intercultural de sujeitos educativos das licenciaturas em formação inicial de professores na Unilab como sujeitos de direitos, protagonistas de lutas históricas, foi inequivocamente uma oportunidade de deslocar a formação para além de domínios cognitivos e deslocamento para múltiplos sentidos de nossa existência e ancestralidade.

Diálogos interculturais entre estudantes e professores da Unilab, brasileiros/as e internacionais de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Timor Leste com povos indígenas do Ceará possibilitaram a articulação da teoria com a prática, em que a apropriação de conteúdos acadêmicos sobre interculturalidade assume contornos próprios na interação com a realidade sociocultural de nossos ancestrais indígenas.

Os estudantes compreenderam que os indígenas utilizam diversos mecanismos que favorecem a produção de conhecimentos e reflexões sobre a Natureza, a vida em comunidade e a própria existência humana, com seus encantos e mistérios. Assim, observam, formulam princípios e técnicas, estabelecendo relações de causalidade e desenvolvendo pesquisas, o que “implica necessariamente pensar a escola a partir das concepções indígenas do mundo e do homem e das formas de organização social, política, cultural, econômica e religiosa desses povos” (BRASIL, 1998, p. 22).

Inspirados nas atividades de campo realizadas no âmbito do ensino de graduação, o Grupo de Pesquisa e Extensão Educação e Cooperação Sul-Sul (ELOSS) propuseram e aprovaram os Projetos de Extensão “Ubudehe: juventude, diáspora e educação das relações étnico-raciais em movimento” e “Rede Jubra: diálogos interculturais, movimentos sociais, juventudes e universidades em movimento”, buscando articular ações de ensino-pesquisa-extensão ancoradas na educação intercultural e em Direitos Humanos.

Na perspectiva de fortalecimento do diálogo entre coletivos de pesquisa, o ELOSS articulou junto com o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Marxista (GIM) e em parceria com a Rede Indígena de Memória e Museologia Social, Museu Indígena Kanindé, Museu Indígena Jenipapo Kanindé, lideranças do povo indígena Tapeba de Caucaia, atividades formativas e socioculturais no Festival das Culturas da Unilab, com o apoio da Proex/Unilab. As rodas de conversa sobre as lutas e resistências dos povos indígenas, a partilha das experiências dos Museus Indígenas, a dança do Toré, entre outras, trouxe o protagonismo de nossos ancestrais para a Unilab.

CONCLUSÕES

O princípio da articulação teoria e prática precisa extrapolar os postulados dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e transformar-se em práxis educativa, contribuindo para uma formação acadêmica com pertinência social e compromisso com as questões dos direitos humanos e diversidade.

Através da interculturalidade temos a oportunidade de vislumbrar uma escola mais democrática, que valorize as questões identitárias, que favoreça a interação e o diálogo de diferentes grupos socioculturais e compreenda que as relações culturais nem sempre se dão em processos amistosos, mas marcados por lutas e historicamente situados como no movimento indígena.

As atividades de campo nas comunidades indígenas oportunizaram diálogos interculturais ao corpo docente e discente envolvido, marcado pelo encontro de ancestralidades indígenas e africanas a partir da presença de estudantes de países africanos em tais atividades.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, V.M.; KOFF, A.M.N.S. Conversas com... sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 471-493, 2006.

FLEURI, R.M. (Org.). **Educação Intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila.

SILVA, G.F. **Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação**. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.